
EPISTEMOLOGIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE PRÁTICAS CIENTÍFICAS DE DESCOLONIZAÇÃO¹

EPISTEMOLOGIES OF SOCIAL SCIENCES:
A REFLECTION ON SCIENTIFIC PRACTICES OF DECOLONIZATION

EPISTEMOLOGÍAS DE CIENCIAS SOCIALES:
UNA REFLEXIÓN SOBRE PRÁCTICAS CIENTÍFICAS DE DESCOLONIZACIÓN

Ana Paula de Holanda Silva²

Guilherme Marcondes³

Resumo

Discutir epistemologias dentro das Ciências Humanas e Sociais engloba diversas constatações, dentre elas o reconhecimento de que o processo de colonização contribui para que determinados conhecimentos científicos sejam historicamente desqualificados, o que pode ser classificado como “epistemicídio”. Trazer esse conceito faz-nos compreender, de maneira minuciosa, como tal ação desenvolve-se e atinge determinados grupos, comumente chamados de minorias sociais, causando o apagamento de suas formas de ser e estar no mundo. Com isso, o presente artigo tem como objetivo principal uma discussão epistemológica e metodológica sobre o impacto social do epistemicídio. Como resposta a esse projeto de colonização e extermínio simbólico, apresentaremos, ainda, o conceito de “afrocentricidade”, proposta científica que reconhece a ancestralidade africana e a diáspora em sua totalidade. A partir da perspectiva do filósofo Asante (1998), é possível refletir sobre as novas possibilidades de descolonização por meio do reconhecimento e do resgate das epistemologias consideradas não hegemônicas.

Palavras-chave: Afrocentricidade; Descolonização; Epistemicídio; Conhecimento Afro-brasileiro; Conhecimento Africano.

¹ Este artigo é parte da pesquisa de mestrado da autora, em andamento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE), a qual conta com coorientação do coautor do texto.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: annapaulahs@hotmail.com.

³ Pós-doutorando (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE), doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: gui.marcondesss@gmail.com.

Abstract

Discussing epistemologies within the Humanities and Social Sciences encompasses several findings, among them recognizing that the colonization process contributes so certain scientific knowledge is historically disqualified and disregarded by what can be called “epistemicide”. Presenting this concept makes us realize in detail how this action develops and affects certain groups, commonly called social minorities, causing the erasure of their ways of being in the world. Herewith, the present paper has as its main objective an epistemological and methodological discussion, in order to deal with the social impact of epistemicide. As a response to this project of colonization and symbolic extermination, we also present the concept of “Afrocentricity”, a scientific proposal that recognizes African ancestry and the diaspora in its entirety. Thus, with this concept seen from the perspective of the philosopher Asante (1998), it is possible to think about new possibilities of decolonization through the recognition and rescue of epistemologies considered non-hegemonic.

Keywords: Afrocentricity; Decolonization; Epistemicide; Afro-Brazilian Knowledge; African knowledge.

Resumen

Discutir las epistemologías dentro de las Humanidades y las Ciencias Sociales engloba varios hallazgos, entre ellos, el reconocimiento de que el proceso de colonización contribuye a que cierto conocimiento científico está históricamente descalificado y por lo que se puede catalogar como epistemicidio. Llevar este concepto nos hace comprender en detalle cómo esta acción se desarrolla y afecta a ciertos grupos, comúnmente llamados minorías sociales, provocando el borrado de sus formas de ser y estar en el mundo. Con ello, el presente artículo tiene como principal objetivo una discusión epistemológica y metodológica, con el fin de abordar el impacto social del epistemicidio y en respuesta a este proyecto de colonización y exterminio simbólico, presentar el concepto de afrocentricidad, una propuesta científica que reconoce la ascendencia africana. y la diáspora en su totalidad. Con este concepto visto desde la perspectiva del filósofo Asante (1998), es posible reflejar las nuevas posibilidades de descolonización a través del reconocimiento y rescate de epistemologías consideradas no hegemónicas.

Palabras clave: Afrocentricidad. Descolonización. Epistemicidio. Conocimiento afrobrasileño. Conocimiento africano.

INTRODUÇÃO

Averiguar e propor mudanças acerca do lugar em que as epistemologias africanas e da diáspora negra localizam-se historicamente, dentro e fora das universidades, têm sido uma das pautas⁴ do movimento negro como, por exemplo, do Movimento Negro Unificado

⁴ “Olhando para o passado recente das denúncias concernentes ao estado de precariedade da escolarização dos negros brasileiros, encontramos os seguintes tipos de registro: a) produções acadêmicas voltadas

(MNU)⁵ e do Teatro Experimental do Negro (TEN)⁶ – também, no que diz respeito à produção e reprodução dos conteúdos acadêmicos. Nessa mesma via, a atual situação da população negra, que logra espaço dentro das universidades no Brasil, mostra-se repleta de reivindicações, como a manutenção das cotas raciais e o incentivo a sua permanência, em termos financeiros e epistemológicos, nas instituições de ensino.

Assim, tem sido fundamental o questionamento sobre a formação de cada afro-brasileira(o/x⁷) em diáspora nos espaços acadêmicos, sendo relevante discutir como efetiva-se a formação das pessoas negras dentro dessas instituições, bem como averiguar como se dá a valorização, ou não, das epistemologias negras na construção do conhecimento científico neste país formado através da colonização, que incluiu o assassinio dos povos originários e o sequestro e escravização de indivíduos negros do continente africano. Perguntamos, então: as marcas da colonialidade, na construção do conhecimento científico, seguem vigentes? Os saberes africanos e da diáspora africana têm encontrado recepção e circulação nos espaços universitários? Como se dá a legitimação, ou desvalorização, desses saberes? Estas são as questões que mobilizam esse texto.

Creemos ser relevante, para os ambientes acadêmicos, questionar como tradicionalmente as epistemologias oriundas da população negrodscendente são, de fato, reconhecidas nesses âmbitos. Perseguimos, aqui, o entendimento dos mecanismos de

exclusivamente para os problemas atuais da educação dos negros; b) relatórios resultantes de encontros regionais do movimento negro, dando atenção especial aos problemas da educação; e c) depoimentos de antigos militantes que combateram a discriminação racial em nossa sociedade, nos anos 20 e 30, e nos anos 50, falando do significado da educação para si e para a população negra em geral” (GONÇALVES; SILVA, 2000, p. 134).

⁵ “No ano de 1978, a ditadura militar prendeu, torturou e assassinou o feirante Robson Silveira da Luz, acusado de roubar frutas em seu local de trabalho. No mesmo ano, quatro garotos jogadores de vôlei foram discriminados pelo Clube Regatas do Tietê e o operário Nilton Lourenço foi morto pela Polícia Militar no bairro da Lapa, em São Paulo. A reação imediata da juventude negra para os ataques foi a articulação do Movimento Negro Unificado (MNU), que pedia o fim da violência policial, do racismo nos meios de comunicação, no mercado de trabalho e do regime, juntando setores de todos os espectros políticos. A criação do movimento foi marcada por uma manifestação histórica que reuniu milhares de pessoas na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo, no dia 7 de julho. Ao longo dos anos de ditadura e depois dela, o movimento foi fundamental para a resistência e a luta por pautas que fossem em direção ao fim da discriminação racial no país. O MNU contribuiu com a formulação de demandas do movimento negro à Assembleia Constituinte de 1988, que deu origem à Constituição Cidadã” (CAETANO, 2019).

⁶ “O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramaturgico, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países” (TEATRO, 2016).

⁷ Em respeito à diversidade de gênero, pensando sobre existências que não se enquadram nos padrões da cisnormatividade.

apagamento e invisibilidade dos saberes africanos e da diáspora negra, questionando se eles se mantêm, inclusive nos currículos dos cursos de ensino superior. Quando falamos diretamente da área ampla, denominada Humanidades, e das Ciências Sociais, objeto desta investigação, é possível considerar a diversidade de autoras(es/xs) negras(os/xs) que trazem discussões para os estudos das sociedades. Nesse sentido, verificaremos se seus estudos estão presentes no âmbito universitário.

A fim de responder aos questionamentos mencionados, este artigo desenvolveu-se por meio de pesquisas bibliográficas de cunho qualitativo e tem o objetivo de contextualizar, teórica e metodologicamente, as questões postas. Destarte, são trazidas(os/xs) para a discussão, majoritariamente, autoras(es/xs) africanas(os/xs) e da diáspora no Brasil que fazem/fizeram, em suas trajetórias, estudos acerca da formação do Brasil e da condição de sua população negra, o que se dará por meio de conceitos essenciais para a configuração do trabalho, a saber: epistemicídio, extrativismo epistêmico, afrocentricidade e descolonização. Tais conceitos são, então, debatidos à frente no texto, após breve explicitação, no item a seguir, sobre os efeitos simbólicos da colonização empreendida durante a formação do Brasil no que diz respeito, especialmente, à legitimação dos saberes africanos e afrodiáspóricos.

Ademais, a questão em tela é posta a partir da análise da oferta de disciplinas nos cursos de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), ao longo do ano de 2019, a fim de compreendermos como se dá, ou não, a legitimação das epistemologias negras no âmbito universitário⁸. Focamos, por conseguinte, na análise das disciplinas aqui denominadas ou centradas nas discussões da Sociologia Brasileira. Os cursos de Ciências Sociais, em geral, possuem, em sua grade obrigatória, alguma disciplina que focaliza a produção sociológica brasileira, que seria fundamental ao entendimento da institucionalização da Sociologia no país, esta podendo receber distintos nomes, dependendo da instituição. Por isso, aqui chamaremos de Sociologia Brasileira, embora indiquemos como se chama nos cursos tomados para análise.

Desse modo, a mencionada disciplina obrigatória, presente nos cursos de Ciências Sociais tanto da Universidade Estadual do Ceará (UECE) quanto da Universidade Federal

⁸ Esta discussão se dá, como mencionado em nota anterior, a partir de pesquisa em andamento, de autoria da (AUTORA), no curso de mestrado em Sociologia da UECE. Sendo, desse modo, apresentados preliminarmente os resultados obtidos até a escrita deste artigo.

do Ceará (UFC), em geral, pauta-se em autoras(es/xs) que teriam contribuído para a institucionalização da Sociologia no Brasil, bem como traz debates acerca da formação da Nação, operacionalizando autoras(es/xs) que tenham contribuído, de acordo com os critérios das(os/xs) docentes que as conduzem, para esse debate. São esses os motivos para que, aqui, focalizemos em tal disciplina. Ademais, a partir dos mencionados conceitos e da análise de ofertas de disciplinas também optativas, seguimos com a reflexão sobre a capilaridade dos saberes negros (ou seja, de autoria de indivíduos negrodscendentes) no âmbito acadêmico, com algumas proposições.

A COLONIZAÇÃO BRASILEIRA E ALGUNS DE SEUS EFEITOS SIMBÓLICOS

Professora me desculpe
Mas eu vou falar
Esse ano na escola
As coisas vão mudar

Nada contra ti
Não me leve a mal
Quem descobriu o Brasil
Não foi Cabral

Pedro Álvares Cabral
Chegou 22 de abril
Depois colonizou
Chamando de pau-brasil
Ninguém trouxe família
Muito menos filho
Porque já sabia
Que ia matar vários índios

Treze caravelas
Trouxe muita morte
Um milhão de índio
Morreu de tuberculose
Falando de sofrimento
Dos tupis e guaranis
Lembrei do guerreiro
Quilombo Zumbi

Zumbi dos Palmares
Vítima de uma emboscada
Se não fosse a Dandara
Eu levava chicotada.

MC Carol de Niterói. **Não foi Cabral**, 2015.

Com sua voz grave, a cantora de funk, MC Carol de Niterói, entoou em 2015 a música acima, a qual rebate uma das principais narrativas sobre a formação do país, o chamado *descobrimento*. É fato comum que, nas salas de aula pelo Brasil, há gerações, a narrativa

sobre a fundação do país é a de que estas terras, que hoje compõem uma Nação, foram descobertas, por acidente, por “bravos” homens portugueses no século XVI. No entanto, ao tratar como *descobrimento* esse feito, ignora-se que aqui já habitavam povos com suas próprias cosmologias, epistemologias e regras sociais, já que, pelo que se narra oficialmente, especialmente em livros didáticos, estas terras somente tornam-se ‘algo’, ou seja, dignas de serem compreendidas como habitáveis e respeitáveis, quando da chegada portuguesa, que aqui preferimos chamar de invasão portuguesa – a fim de já demarcar o tom deste artigo, em consonância com as palavras de Carol de Niterói.

Pode-se considerar que, de fato, a narrativa da descoberta é vitoriosa, não à toa o episódio é, ainda, chamado de descobrimento. Uma história que pode ser resumida através do debate antropológico: Natureza *versus* Cultura, estando os colonizadores portugueses atrelados ao que se compreendia como cultura e os povos originários e africanos escravizados vinculados à esfera da natureza. Assim sendo, a noção de evolucionismo, que dominava corações, mentes e ações, serviu para fundamentar e justificar os atos empreendidos pelos autoproclamados descobridores: os portugueses lograram o destaque e a tarefa (que criaram para si) de civilizar as populações indígenas e negroafricanas de modo que o aspecto social e cultural europeu se tornasse o padrão a ser seguido, justificando-se, desse modo, que a civilização portuguesa subjugasse as demais populações que construíram a Nação brasileira⁹.

Em inícios do século XX, essa história vitoriosa dos colonizadores (escrita e difundida, em geral, por homens brancos, diga-se) ganhou novos contornos, com a criação, circulação e recepção (até os dias atuais) da chamada ‘fábula das três raças’. Sendo este o mito que vem sendo constantemente reproduzido acerca da fundação do Brasil: aqui habitavam indígenas que foram descobertos por portugueses e estes trouxeram para estas terras as pessoas negras que foram escravizadas. Desse encontro, surgiu o que se compreende como Brasil, um país miscigenado por excelência, em que conflitos raciais

⁹ É fundamental destacar que tal construção não se deu também sem apagamentos. Há quem negue o trabalho exercido por escravizados e povos originários na constituição da Nação, especialmente no que diz respeito ao valor (num sentido econômico) de seu trabalho, que foi expropriado, gerando lucro total aos colonizadores. Uma expropriação que, de acordo com Denise Ferreira da Silva (2019), segue ocorrendo até os dias atuais, com os descendentes dos povos escravizados e originários ainda sendo marginalizados e espoliados. Ou seja, “do ponto de vista econômico, é possível reconsiderar a trajetória pós-escravidão dos negros nas Américas enquanto uma acumulação de expropriação” (FERREIRA DA SILVA, 2019, p. 178).

inexistiriam, já que as três raças fundantes circulariam nos genes e na cultura geral de seus habitantes.

Pode-se dizer que a figura de maior destaque na disseminação da dita fábula foi Gilberto Freyre (1933), que pode ser considerado um dos pais fundadores das Ciências Sociais no Brasil. Seu livro *Casa-Grande & Senzala – Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, lançado em 1933, tem sido leitura obrigatória nos cursos de Ciências Sociais no país, sendo uma obra em que o autor vai retratar a formação da Nação, refletindo sobre o seu futuro, o seu desenvolvimento, e encontrando na miscigenação a chave para a compreensão da cultura brasileira. Freyre (1933), inspirado nos trabalhos do antropólogo Franz Boas (1931), buscou separar as noções de raça e de cultura, afinal, o debate sobre a mestiçagem estava marcado, à época, como um problema: “ora implicava esterilidade - biológica e cultural -, inviabilizando assim o desenvolvimento nacional, ora retardava o completo domínio da raça branca, dificultando o acesso do Brasil aos valores da civilização ocidental” (ARAÚJO, 2009, p. 200). Desse modo, Freyre (1933) contribuiria para a valorização da mestiçagem, ou seja, para o contato sexual entre grupos étnicos distintos.

Todavia, se, em termos teóricos, o trabalho de Freyre (1933) diferenciava-se no debate sobre a mestiçagem – traçando um caminho de valorização da mesma, em contraposição às opiniões que defendiam que o contato sexual de pessoas brancas com pessoas indígenas e/ou negras seria uma mácula, uma degradação para a Nação –, ao escrever sobre a história de seus avós, como destaca o autor em algumas passagens do livro, as violências vividas pelas populações subalternizadas são pouco problematizadas por ele, como, por exemplo, o fato de que tal contato sexual entre brancos e negros, bem como entre brancos e indígenas, deu-se, em grande medida, através do estupro de mulheres negras e indígenas. Cabe dizer ainda que o intelectual pernambucano deixou registrado em seu livro o elogio ao mundo criado pelos portugueses com suas ações coloniais em terras brasileiras. Assim, autores, como Abdias Nascimento (1978), irão colocar-se veementemente contra as narrativas de Freyre (1933) sobre a formação do Brasil, questionando os problemas encontrados em sua obra, seus eufemismos. Conforme Nascimento (1978):

Freyre cunha eufemismos raciais tendo em vista racionalizar as relações de raça no país, como exemplifica sua ênfase e insistência no termo *morenidade*; não se trata de ingênuo jogo de palavras, mas sim de proposta vazando uma extremamente perigosa mística racista cujo objetivo é o

desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro. É curioso notar que tal sofisticada espécie de racismo é uma perversão tão intrínseca ao Brasil a ponto de se tornar uma qualidade, diríamos, *natural*, do "branco" brasileiro (NASCIMENTO, 1978, p. 43) [grifos do autor].

De um lado, Gilberto Freyre (1933), (junto com Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Caio Prado Júnior (1961)), que é leitura quase obrigatória para cientistas sociais em formação; de outro, Abdias Nascimento (1978), com forte atuação na área cultural e teórica, mas pouquíssimo lido nas mesmas salas de aulas em que a palavra de Freyre (1933) é mais presente. Ambos ocupam, por conseguinte, lugares sociais bastante distintos, em um país que, apesar das narrativas freyrianas, é profundamente racista em virtude de sua herança colonial, de acordo com narrativas como as de Nascimento (1978), da qual fazemos coro. Não à toa, o projeto Unesco, como ficou conhecida a pesquisa coordenada por Florestan Fernandes e Roger Bastide, nos anos de 1950, logrou demonstrar que a democracia racial (outro nome para a 'fábula das três raças', difundida por meio da produção de Freyre) inexistia. Nesse sentido, trabalhos como os de Oracy Nogueira (1955) e Virginia Leone Bicudo (1945), que compuseram a pesquisa, demonstraram a forte presença do racismo nas interações cotidianas das(os/xs) brasileiras(os/xs), marcando sua força na estrutura social que fundamenta as ações dos indivíduos que vivem nestas terras chamadas Brasil.

Referir, aqui, a essa diferença de narrativas e recepção de autoras(es/xs) de grupos étnicos distintos, justamente no que diz respeito à formação da Nação brasileira, tem como intuito dar o tom desta investigação, que busca averiguar a presença, ou ausência, de autoras(es/xs) negrodescendentes, em tempos recentes, em algumas salas de aula do país. Como se tornará evidente no item a seguir, através dos conceitos de "epistemicídio", "extrativismo epistemológico", "afrocentricidade" e "descolonização", há mecanismos coloniais em vigor até os dias atuais. Igualmente, o racismo constituinte da estrutura social e cultural brasileira possui efeitos profundos, determinando quais histórias e pontos de vista serão efetivamente contados. Destarte, como se demonstrará, busca-se, com tais conceitos, subverter as lógicas vigentes e contar a história através de outras vozes, etnicamente distintas daquelas que vêm sendo reproduzidas há séculos. No caso, desde a invasão portuguesa na, hoje, América do Sul.

MUDANDO O EIXO: AFROCENTRICIDADE E DESCOLONIZAÇÃO EM COMBATE CONTRA O EPISTEMICÍDIO

A partir do debate brevemente explicitado, neste momento é possível trazer os conceitos fundamentais a este artigo, compreendendo as necessidades de descolonização em combate contra o epistemicídio. Em se tratando desse conceito, é possível compreendê-lo de maneira mais específica com Sueli Carneiro (2005), partindo da compreensão de que se trata de um processo e seus múltiplos mecanismos de apagamento de “raças”¹⁰, tomadas historicamente como distintas daquela dos colonizadores europeus por meio da invisibilização de seu caminho histórico, cultural e político. Por isso, aqui, atenta-se para a realidade da população negra¹¹ brasileira que, além do genocídio físico¹², também foi/é violada pelo genocídio simbólico tratado pela autora.

Para compreender a relação do epistemicídio com a população negra do Brasil, é imprescindível que possamos reconhecer que a trajetória desse ato foi fortemente fixada nos períodos de colonização. A tentativa de apagamento dos conhecimentos dos povos africanos e afrodiáspóricos inclui a exclusão de todas as maneiras de ser e estar no mundo, como suas práticas culturais, políticas, econômicas e religiosas. Até mesmo as próprias filosofias africanas seriam desqualificadas frente ao que seria classificado pelos colonizadores de África enquanto Filosofia. A partir disso, todo conhecimento oriundo de povos que nem ao menos eram considerados humanos passa a ser descartado e é sobre isso que trata o *epistemicídio*.

De acordo com Mogobe Ramose (2011), o *epistemicídio* “não nivelou e nem eliminou totalmente as maneiras de conhecer e agir dos povos africanos conquistados, mas

¹⁰ O termo raça é entendido e utilizado aqui como conceito sociopolítico e não biológico, já que as realidades cotidianas dos indivíduos se diferenciam de acordo com suas condições sociais, sejam elas de cor, gênero ou classe.

¹¹ Este artigo focaliza a experiência da população negrodscendente, no entanto, cabe dizer que pesquisas futuras podem desenvolver-se acerca dos mesmos processos ‘epistemicidas’ no que diz respeito às populações indígenas. Para uma introdução a esse tema, considerar a leitura de *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, de Ailton Krenak (2019).

¹² Mesmo após o período escravista, a violência contra a população negra ainda é intensa. De acordo com o Fórum de Segurança Pública (2019), 75% das vítimas de violência letal são negras. É possível identificar também que, ao mesmo tempo que a população negra representa 50,3% de discentes no ensino superior, o Brasil ainda concentra o maior número de analfabetismo entre negros (55,8%). O desemprego também está concentrado majoritariamente entre a população negra, somando 64,6%. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/a-violencia-contra-negros-e-negras-no-brasil/>>. Acesso em: 30 de jan. de 2020. E MENDONÇA, Heloísa. **Abismo social separa negros e brancos desde o parto**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/19/politica/1574195977_206027.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

introduziu, entretanto, em uma dimensão muito sustentada através de meios ilícitos e ‘justos’, a tensão subsequente na relação entre as filosofias africana e ocidental na África” (RAMOSE, 2011, p. 06). Tomando essa definição, e trazendo as discussões para o Brasil, quando citamos essa invisibilidade que permeia a vida da população negra, reconhecemos que tal processo *epistemicida* se iniciou anteriormente ao período escravista, mas teve na colonização e no período escravista um marco fundamental. No decorrer dos séculos, aquilo que era característico das práticas afrodiáspóricas passa a ser negligenciado pelos grupos dominantes¹³ da sociedade, a qual se estruturou em um modelo racista, reafirmando tal violência constantemente quando observamos dados¹⁴ de desigualdades raciais no país. Ainda hoje, praticar e vivenciar a cultura ancestral africana, e mesmo seus desdobramentos afrodiáspóricos, pode ser um desafio diário que a população negra brasileira passa a enfrentar devido ao racismo estrutural – “uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2018, p. 38).

Ainda sobre epistemicídio, vemos com Carneiro (2005) que foi uma ação legitimada pela Igreja Católica durante o decorrer da história do Brasil. Após a abolição do período escravista e a emergência da República, o racismo científico passa a vigorar no país com a contribuição de estudiosas(os/xs) nacionais que endossavam e direcionavam os atos epistemicidas contra a população negra. “Entram em cena os procedimentos de contenção, exclusão, assimilação na relação dos negros com os processos educacionais frente à sua nova condição de liberto indesejável como cidadão” (CARNEIRO, 2005, p. 102). No mesmo sentido, Abdias Nascimento (1978) demarca, em seus estudos, os apoios institucional e religioso operacionalizados contra a população negra no país, antes, durante e após o período escravista. Foram, inclusive, instituições como a Igreja Católica que serviram como principal meio ideológico em prol da escravização de pessoas tidas como subespécies humanas.

¹³ Por “grupos dominantes da sociedade” entende-se as pessoas que estiveram exercendo os diversos poderes sociais e que, assim, obtiveram, a partir disso, legitimidade para ditar o que seria considerado “certo” ou “errado” de acordo com suas verdades. Trazendo para as discussões raciais, essa legitimidade parte, ainda hoje, não somente do alto poder aquisitivo, mas, principalmente, da cor. Ou seja, parte majoritariamente de pessoas brancas.

¹⁴ Ver nota 7.

A partir dessas argumentações, é possível dizer que esta ação de silenciamento, denominada de *epistemicídio*, passa a ser compreendida como um projeto que se sustenta por meio do racismo estrutural nas sociedades. Principalmente, quando carrega de maneira segura a tentativa de inferiorização intelectual daqueles tidos como ‘Outros’. Como consequência disso, busca anular, matar e desconsiderar toda a carga teórica, cultural e política da vida do indivíduo marginalizado/excluído. Com isso, argumentamos que o projeto de dominação, que se explicita de maneira extrema sobre as(os/xs) negrodscendentes, é fruto do projeto de dominação do Brasil – um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Cabendo, conseqüentemente, às(aos/xx) africanas(os/xs) escravizadas(os/xs) e suas(seus/sxxs) descendentes o ônus permanente da exclusão e punição (CARNEIRO, 2005, p. 104).

De acordo com Sueli Carneiro (2005), a prática do *epistemicídio* também é a negação daqueles compreendidos pelos dominantes como ‘Outros’, de toda a sua origem e de tudo aquilo que carregam como bagagem social e cultural. Por isso, afirma-se novamente com a autora, trata-se da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, bem como do processo de constituição da *indigência cultural*, que se caracteriza, portanto:

(...) pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Como conclui Sueli Carneiro (2005), não há desqualificação dos conhecimentos desses povos sem a desqualificação dos próprios sujeitos como indivíduos, como sujeitos coletivos e cognoscentes. E mais: “ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento ‘legítimo’ ou legitimado. Por isso, o *epistemicídio* fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc.” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Se direcionarmos-nos para o âmbito acadêmico, a universidade poderia ser tomada como um dos espaços que possibilita a identificação dos problemas raciais e demais problemas sociais por meio da ciência. Esta se dá através de pesquisas, estudos e projetos de extensão, já que todo conhecimento produzido nesse espaço tem a finalidade de retorno social. A partir da universidade, pode-se, então, constituir práticas de conscientização que

se iniciam desde os primeiros estudos e acessos do corpo discente às salas de aula. A formação de estudantes nos cursos de graduação pode ser, assim, pensada como importante meio para transformações sociais. Destarte, é preciso averiguar se o *epistemicídio* se faz presente ou não no âmbito universitário. As matrizes curriculares e a oferta de disciplinas podem, nesse sentido, ser tomadas como formas de enfrentamento ou de reforço do racismo, dependendo da presença ou ausência de autoras(es/xs) africanas(os/xs) e da diáspora africana, sendo este o interesse deste artigo: averiguar como se dá tal presença, ou ausência, em cursos de Ciências Sociais, como se verá à frente.

Além do apagamento do conhecimento dos grupos e povos subjugados, reconhecido através do conceito de *epistemicídio*, há uma outra maneira de silenciamento, que Silvia Rivera Cusicanqui (2010) irá denominar de *extrativismo epistêmico*, a qual trata da extração e do domínio epistêmico que os(as/xs) representantes dos conhecimentos do Norte realizam, historicamente, sobre os conhecimentos do Sul. Dessa forma, pode-se dizer que a ciência ocidental se legitimou por meio de sua escrita acadêmica também com a criação de conceitos e categorias que são utilizados como maneira de compreensão da sociedade moderna. Todavia, a pesquisa de Cusicanqui (2010) denuncia práticas de extrativismo epistêmico justamente no momento em que o colonizador ou seus descendentes se legitimam ao se apropriam de determinados conhecimentos que, muitas vezes, estão fixados na oralidade de certas comunidades e, assim, os dominam e publicitam como se fossem seus precursores. Essa apropriação é feita, portanto, por autoras(es/xs) de destaque que carregam em suas trajetórias acadêmicas a defesa da *descolonização* do saber, como aponta a autora. Para Cusicanqui (2010), “não pode haver um discurso de descolonização, uma teoria de descolonização, sem uma prática de descolonização” (CUSICANQUI, 2010, p. 62)¹⁵. Diante desse contexto, a autora defende que a liberdade e a autonomia dos povos historicamente subjugados é uma maneira prática de *descolonização epistêmica*, criando uma autonomia de saberes no eixo do Sul para o Sul.

Refletindo sobre a descolonização como prática para o enfrentamento da questão exposta, por meio das contribuições da coleção organizada por Elisa Nascimento (2009), é possível compreender a proposta de *afrocentricidade*, pensada por diversas(os/xs) estudiosas(os/xs), estando aqui destacada a perspectiva de Molefi Kete Asante (2009). Esse autor apresenta, portanto, a *afrocentricidade* como proposta fundamental no combate

¹⁵ Tradução da autora.

contra o epistemicídio, bem como uma proposição capaz de dar centralidade à vida das pessoas africanas e da diáspora. O que está igualmente presente na perspectiva de Mazama (2009). Essa proposta é uma das possíveis maneiras de retomada de tudo aquilo que, eventualmente, perdeu-se com as ações da colonização e da dispersão dos povos africanos no período escravista. É dessa maneira que se possibilitaria o resgate da ancestralidade e dos modos livres de ser e estar em sociedade¹⁶. A proposta de aprofundamento dos conhecimentos oriundos de afro-brasileiros e, especificamente, africanos, tem sido pensada há décadas por estudiosas(os/xs) que compreendem que o conhecimento dominante ocidental dita, qualifica e desqualifica saberes de acordo com suas ditas verdades. Resumidamente, o conceito de afrocentricidade surge, então, como

Uma proposta teórica do professor Molefi Kete Asante (1990), idealizador e diretor do primeiro programa de doutorado em Estudos Africanos, criado na universidade Temple, em Filadélfia, no final da década de 1980. Como referência teórica explicitada na qualidade de paradigma, a afrocentricidade vem sendo elaborada em grande parte por estudiosos oriundos da diáspora de fala inglesa. Mas, como linha de pesquisa e reflexão, dá continuidade a uma longa tradição que costumo chamar de abordagem afrocentrada, desenvolvida desde o século XIX por autores que não lhe atribuíram esse nome. A obra de maior fôlego e consistência nessa linha é a do cientista e intelectual senegalês Cheikh Anta Diop. Embora sua obra constitua referência básica da afrocentricidade, Diop não trabalhava com esse conceito. A proposta como orientação epistemológica explícita, foi idealizada por Molefi Kete Asante no seu livro *Afrocentricity: the theory of social change – Afrocentricidade: a teoria de mudança social* (1980) e passou a ser amplamente divulgada e desenvolvida após a morte de Diop, em 1986. (NASCIMENTO, 2009, p. 29)

Importante evidenciar que se trata de incluir e fazer diálogos entre as diversas possibilidades de conhecimentos, descentrando os saberes do foco branco colonizador e imperialista, localizado ao norte do globo, o que tem como consequência a necessidade de não homogeneizar o continente africano e sua diáspora, que é plural - política, cultural e epistemologicamente. A afrocentricidade, desse modo, utiliza-se do seu espaço para reivindicar aquilo que é oriundo de seus próprios conhecimentos, práticas, religião, economia etc., assim como a prática eurocêntrica utiliza, há séculos, do seu espaço para reivindicar/impôr seus conhecimentos de origem, e até mesmo extrair de outros povos saberes que tomam como se fossem seus. Estar centrado diz respeito à localização dentro

¹⁶ Em *O Atlântico Negro* (2012), Paul Gilroy tece uma crítica interessante à noção de afrocentricidade, indicando caminhos para que a proposta não recaia em essencializações, as quais são debatidas pelo autor, dos povos africanos e afrodiáspóricos.

de suas próprias referências, indo contra qualquer meio que produza a autodesqualificação. Nessa tentativa, é oportuno reconhecer as pluralidades de escritas existentes que fazem parte da Ciência e que, de alguma maneira, não se fazem fortemente presentes em nossas leituras rotineiras.

Utilizar a proposta em questão é, também, indagar e criticar a forma como o conhecimento característico do Ocidente (branco e patriarcal) tem representado a cultura dos povos africanos e afrodiaspóricos, todo seu conhecimento e filosofia de vida. Ou seja, “o pensamento afrocêntrico investiga e propõe novas formas de articular o estudo, a pesquisa e o conhecimento nesse campo” (NASCIMENTO, 2009, p. 30). Ainda, Ama Mazama (2009) apresenta a afrocentricidade como um novo paradigma diante da violência por parte da supremacia branca que, para a autora, é uma violência brutal. Ela critica o problema de saúde mental, criado por essa supremacia (branca), que recai sobre a realidade de pessoas negras, as quais foram ensinadas a desvalorizar sua própria cultura e enaltecer culturas estrangeiras¹⁷, que muitas vezes não dialogam com as suas vivências.

Ter África como centro e resgate de vida não pode nos deixar esquecer de reconhecê-la como um continente, que é evidentemente multicultural - diversificado étnico, cultural e politicamente -, como é destacado por diversas vezes neste trabalho. Assim também é sua diáspora, que se expande e está dispersa por todo mundo. Entendível que trazer o debate da afrocentricidade pautado no *resgate* de culturas e modos de ser e estar no mundo deve vir acompanhado do reconhecimento de que esses resgates se aproximam mais de uma memória viva da ancestralidade de diversos povos em diáspora do que simplesmente, ou unicamente, a incorporação de ideias e modos de vida cotidianos. Assim, neste trabalho especificamente, estamos tratando do resgate de uma autonomia epistemológica por uma perspectiva afrocêntrica.

Há quem considere equivocada a ideia da afrocentricidade por aparentemente ser apenas uma “perspectiva cartesiana europeia sob uma nova camada de tinta *Kemetica*”, como afirma Paul Gilroy (GILROY, 2012, p. 353), mas vale destacar que essa ideia une pessoas para que compreendamos que a questão racial ainda está fixada em nossas

¹⁷ Cabe destacar, a partir de reflexões postas por Paul Gilroy (2012), que a diáspora africana criou modos distintos de viver; outras perspectivas que não são nem branco ocidentais e nem “sobrevivências” africanas, assim, tais modos de viver no Ocidente, por parte de negrodescendentes que habitam em diferentes contextos, também poderiam ser compreendidos como estrangeiros se a perspectiva for de um olhar de retorno ao momento pré-colonial. Não é esse o caso desse artigo.

relações e que há um passado ancestral que nos liga à África de alguma maneira. Vale destacar que, assim como outras perspectivas, a afrocentricidade pode ser lida e transformada dentro de nossas realidades enquanto pessoas pretas em diáspora. Tal perspectiva orienta e faz questionar o modelo de vida decidido pelo eurocentrismo. A partir disso, é possível buscar novas maneiras de ser, estar e vivenciar a sociedade, individualmente e coletivamente.

Dessa forma, podemos afirmar que a descolonização cotidiana é sempre, de acordo com Frantz Fanon (1997), um fenômeno violento. Por ser um processo que não passa despercebido por nenhuma das partes envolvidas, abarca ações de conflitos entre colonizados e colonizadores. É o desapego gradual de toda carga cultural, teórica, política, que é oriunda de uma hegemonia (branco) ocidental. Como afirma o autor martinicano, essa ação de retomada propõe-se a mudar a ordem do mundo e, de certa forma, pode ser entendida como desordem absoluta. Assim, “a descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico, isto é, não pode ser compreendida, não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma senão na exata medida em que se faz discernir o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo” (FANON, 1997, p. 26). Nesse processo de descolonização, a universidade e as demais instituições de ensino podem ter um papel fundamental e é esse o cerne de nossa investigação, a partir do item a seguir.

OFERTAS DE DISCIPLINAS NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ E NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

A partir do que foi colocado anteriormente, faz-se necessária a continuidade desse texto com a apresentação e análise do que foi constatado sobre a aproximação, ou o distanciamento, dos cursos de Ciências Sociais, de Fortaleza, com as epistemologias africanas e afrodiaspóricas, refletindo sobre como são introduzidos os diálogos com estudiosas(os/xs) negras(os/xs) nesse contexto, especificamente na disciplina de Sociologia Brasileira.

Iniciando a análise pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), o curso de Ciências Sociais, em Fortaleza, está localizado atualmente no campus Itaperi. Curso que possui um pouco mais de três décadas de existência, foi fundado no ano de 1989. A partir de informações contidas no *site* oficial da universidade, constatou-se que a última atualização da matriz curricular do bacharelado data do semestre de 2003.1; já

relativamente à licenciatura, o *site* disponibiliza matrizes datadas de 2003.2, 2004.2 e a última, de 2020.1. Analisando as matrizes do curso de bacharelado e a última atualização da modalidade em licenciatura, é possível observar, preliminarmente, através dos títulos das disciplinas obrigatórias, que não há cadeiras que norteiem as discussões acerca das africanidades. Todavia, há a disciplina de *Sociologia Brasileira* que, na instituição, originalmente recebe o título *Sociologia III*. Ao observarmos a ementa apresentada no ano de 2019 para a disciplina de *Sociologia Brasileira*, encontra-se a seguinte descrição:

Análise das principais contribuições dos sociólogos à compreensão da formação e do desenvolvimento nacional do Brasil. Gilberto Freyre; Sergio Buarque de Holanda; Florestan Fernandes; Caio Prado Jr.; Raimundo Faoro. Reinterpretações dos legados históricos da formação nacional do Brasil.¹⁸

Ademais, como objetivo geral, a disciplina buscou “debater as principais teses da sociologia brasileira sobre a formação sociocultural do Brasil; apresentar os caminhos da sociologia científica no Brasil; conduzir os discentes a elaborar uma visão de conjunto do desenvolvimento do pensamento sociológico brasileiro”, tendo ainda como objetivo específico: “discutir as primeiras escolas sociológicas brasileiras (Paulista e de Recife); analisar as relações entre o tradicional e o moderno no Brasil”. Nota-se que a proposta pedagógica visa trazer para o diálogo as referências que fizeram parte da história da Sociologia no Brasil e suas contribuições teóricas, trazendo a produção de estudiosas(os/xs) que, no decorrer dos anos, foram e permanecem sendo consideradas(os/xs) pela Academia como fundamentais para se pensar sociologicamente o Brasil do passado, do presente e do futuro. O que se deu por meio de aulas expositivas e com a exibição de filmes e documentários.

A ementa da disciplina *Sociologia Brasileira (Sociologia III)* da UECE, no ano de 2019, foi dividida, portanto, em oito unidades. Aqui, é interessante destacar seus títulos, afinal, abarcam as temáticas relativas a cada um: Unidade I: A sociologia no Brasil - Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil (Florestan Fernandes) e Por uma sociologia da história lenta (José de Souza Martins); Unidade II: O elogio da colonização portuguesa no Brasil - Gilberto Freyre e a tese da democracia racial e Elide Rugai Bastos e a crítica à tese da miscigenação de Gilberto Freyre; Unidade III: As raízes portuguesas na cultura brasileira - Sérgio Buarque de Holanda e o homem cordial; Unidade IV: O sentido

¹⁸ Texto elaborado pela(o/x) docente que não terá seu nome divulgado e é responsável pela disciplina. A ementa é de domínio público e obtivemos autorização do docente para apresentá-la.

da colonização no Brasil - Caio Prado Júnior e a formação do Brasil contemporâneo; Unidade V: O Estado estamental no Brasil - Raimundo Faoro e os donos do poder; Unidade VI: A sociologia de Florestan Fernandes - A integração do negro na sociedade de classes e a revolução burguesa no Brasil; Unidade VII: A sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz - Mudanças sociais no Brasil; e, por fim, Unidade VIII: A sociologia como afirmação (Florestan Fernandes).

Como suporte às discussões indicadas em cada unidade, a disciplina contou com as seguintes referências bibliográficas (as quais podem ter sido acrescidas pelo docente no decorrer do semestre letivo, informação que não obtivemos): Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil* (1995); Raimundo Faoro com *Os donos do poder* (2011[1958]); duas obras de Florestan Fernandes, *Brasil em compasso de espera* (1980) e *A sociologia do Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (1976); Gilberto Freyre com *Casa-grande e senzala* (2006 [1933]); Octavio Ianni com *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante* (2004); José de Souza Martins com *O poder do atraso* (1994); Caio Prado Jr. com *Formação do Brasil contemporâneo* (1999) e *A revolução brasileira* (1999); e Darcy Ribeiro com *O Brasil como problema* (1995). Como é possível notar por meio das referências bibliográficas da disciplina ofertada na UECE, a discussão proposta deu-se por meio dos textos de nove autores homens. No entanto, dentro das unidades acima descritas, na segunda e na sétima, para sermos exatos, nota-se que as produções de Élide Rugai Bastos e Maria Isaura Pereira de Queiroz foram trabalhadas na disciplina. Todavia, dentre as(os) autoras(es) trazidos para a ementa, é possível perceber que não há negrodscendentes (foco da investigação aqui proposta). Muito embora seja válido destacar que Élide Rugai Bastos tem sua produção trazida para a ementa à medida que critica o trabalho de Gilberto Freyre justamente no que diz respeito à questão da miscigenação. Além disso, é válido destacar que Octávio Ianni e Florestan Fernandes, também presentes na ementa, foram, como Rugai Bastos, críticos à ideia de “democracia racial” freyriana. Porém, ainda assim, é inegável a falta de autoras(es/xs) negrodscendentes na ementa dessa disciplina obrigatória.

Disciplinas obrigatórias como *Sociologia III*, na UECE, tem suas bibliografias decididas pela(o/x) docente¹⁹ responsável a partir do texto presente na ementa, que deve

¹⁹ As(os/xs) docentes responsáveis pelas disciplinas não serão citadas(os/xs) neste artigo, pois não foram entrevistadas(os/xs).

ser seguido e não alterado. Diferente disso, as disciplinas optativas, ou tópicos especiais, acabam sendo as margens encontradas para acréscimos de referenciais e discussões que não estão totalmente inseridos nas obrigatórias. Dentre as disciplinas ofertadas no ano letivo de 2019, uma disciplina foi destinada diretamente para as duas modalidades, de modo optativo, denominada de “Sociologia das Sociedades Africanas”. De acordo com as informações retiradas da ementa dessa disciplina, ela propõe, como objetivo geral, apresentar as produções sociológicas endógenas e, em parte, africanistas, sobre as sociedades africanas, com ênfase na produção de conhecimento na diáspora e em África. E, como objetivo específico, realizar discussões sobre

(...) o colonialismo europeu desde a Conferência de Berlim ao estabelecimento das administrações coloniais em África; abordar a diáspora africana com ênfase nos movimentos da negritude e do pan-africanismo; analisar as lutas de libertação colonial, com destaque para as lutas contra o império português; debater a construção do Estado-Nação e do pós-colonial em África; abordar os principais nomes no pensamento social africano; analisar a formação da sociologia africana, sua produção e regionalização.²⁰

Buscando diálogo com os movimentos negros e pan-africanistas, a disciplina é dividida em “Introdução: De que África estamos falando” e mais seis unidades, sendo elas: Unidade I: Por uma Sociologia das sociedades africanas, com base em Elisio Macamo; Unidade II: O colonialismo em África e a questão da unidade africana; Unidade III: Crítica ao colonialismo e luta pela libertação nacional, tendo como estudos centrais Aimé Cesaire, Amílcar Cabral e Frantz Fanon; Unidade IV: Nação e nacionalismo nas ex-colônias portuguesas em África, com José Luís Cabaço; Unidade V: O colonial, o pós-colonial e o neocolonial em África, com Mudimbe, Kwame N’Krumah, Achille Mbembe e Isabel Casimiro; Unidade VI: A Sociologia em África: um balanço, com Paulin Hountondji. São unidades que também contam com estudiosas(os/xs) como Kwami Anthony Appiah, Adu Boahen, José Luís Cabaço, Isabel Casimiro, Adichie Chimamanda, Amina Mama, Cheikh Anta Diop, Daniele Ellery, Gabriel Fernandes, Cláudio Alves Furtado, J. Ki-Zerbo, Elísio Macamo, Boaventura de Sousa Santos, Valentin-Yves Mudimbe, Kabengele Munanga, Ângela Lamas Rodrigues, Oyèrónké Oyewùmí, Manuela Ribeiro Sanches, Lívio Sansone, Moustapha Tamba, Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, José Carlos Vinêncio, Patrícia Villen, Paulo Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira.

²⁰ Texto elaborado pela(o/x) docente que não terá seu nome divulgado e é responsável pela disciplina. A ementa é de domínio público e obtivemos autorização do docente para apresentá-la.

Ao observar a ementa e o perfil de cada estudiosa(o/x), há o estudo de autores masculinos e europeus falando sobre “epistemologias do Sul”, como Boaventura de Sousa Santos, ao mesmo tempo em que é possível identificar o número significativo de estudos produzidos por estudias(os/xs) africanas(os/xs) e da diáspora, reforçando a discussão central deste artigo, que é o reconhecimento de que essas produções existem e só precisam ser reconhecidas, lidas, publicadas e incorporadas aos estudos cotidianos. A disciplina busca contextualizar sociologicamente a história do continente africano, passando por períodos históricos que demarcam suas mudanças sociais, políticas e culturais, como a colonização, a independência de determinados países africanos, a descolonização, as questões baseadas nas lutas das mulheres, dentre outros. Chama atenção que esses estudos se fazem presentes no curso por meio de uma disciplina optativa. Assim, ao passo que possibilita a abertura para tais discussões, também é capaz de limitar o acesso do corpo discente em sua totalidade. Ou seja, não é uma política institucionalizada permanente no curso, de que todas as pessoas possam, de alguma forma, ter acesso a esses estudos e informações, principalmente na licenciatura, que esbarra com a lei 10.639/2003 ao adentrar nas instituições escolares.

Já no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), foi verificado que sua matriz curricular, documento que norteia todas as disciplinas que serão ofertadas no curso de bacharelado e licenciatura, data do semestre de 2013.1. Ao analisarmos a ementa da disciplina, denominada “Sociologia II”, verificamos que esta tem como objetivos discutir, em um primeiro módulo, os considerados clássicos da Sociologia, como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, e, posteriormente, em outro módulo, analisar as obras sobre a sociedade brasileira nas matrizes teórico-metodológicas dos considerados clássicos da *Sociologia Brasileira*. Nesse último, destacam-se nas referências bibliográficas estudias(os/xs) como Sérgio Buarque de Holanda com *Raízes do Brasil*, Dante Leite Moreira com *O caráter nacional brasileiro*, Teresa Pires Caldeira com *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*, Alba Zaluar com *a Máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*, Sérgio Leite Lopes com *O vapor do diabo*, Gilberto Freyre com *Casa-grande e senzala* e Simon Schwartzman com *Bases do autoritarismo brasileiro*.

Na matriz curricular da Universidade Federal do Ceará não há, assim como na Universidade Estadual do Ceará, a indicação de disciplinas obrigatórias voltadas para as

epistemologias africanas e da diáspora. Assim como não há a presença marcante de pessoas negras nas discussões da disciplina obrigatória, *Sociologia Brasileira*, como é possível observar na ementa mencionada anteriormente. A ideia de discutir o percurso da construção do pensamento social no país tem se dado majoritariamente por meio dos estudos considerados clássicos, aparentemente sem adequar-se à abertura de outras perspectivas. Ou seja, são disciplinas que se organizam por meio desses clássicos. As propostas e referências da UECE e da UFC assemelham-se nesse sentido. Foi observado que são apresentadas nas ementas uma ou duas obras de *Sociologia Brasileira Contemporânea* que, ou dialogam com as obras ditas clássicas, ou as questionam teoricamente, mas partindo dos estudos de pessoas não-negras.

Ainda assim, foi constatado que, dentre as disciplinas optativas ofertadas no ano de 2019 para o curso de Ciências Sociais da UFC, há uma, denominada de “História dos Afrodescendentes no Brasil”, ofertada durante todo o ano até este momento. A ideia é, como apresentada na justificativa, pensar em um modelo educacional que contribua com a aplicação da lei 10.639/2003 nas instituições de ensino. A disciplina tem como objetivo, de acordo com o que foi identificado na apresentação da ementa, resgatar a história de África e sua diáspora, entendendo a realidade dessa diáspora no Brasil, além de problematizar a imagem pejorativa das pessoas negras construída dentro do pensamento social no país. Focalizando nos conceitos de *africanidade* e *afrodescendência* e, como referencial teórico, na diversidade de estudiosas(os/xs) negras(os/es) que pesquisam essas questões específicas e em não negros que discutem as questões do pensamento social no Brasil, a disciplina divide-se entre mulheres e homens, tais como Cheikh Anta Diop, Clóvis Moura, Glória Porto Kok, Wlamyra R. de Albuquerque, Kabengele Munanga, Caio Prado Jr., Henrique Cunha Júnior, Maria Thereza Camargo, Ulysses Paulino Albuquerque, Sydney H. Aufrere, Jan Van Rijckenborgh, Gabriel dos Santos Filho, Joel Rufino dos Santos, Alexandra Flávia Bezerra Oliveira, Albert Mackey, Flávio dos Santos Gomes, Jacob Gorender, Manuel Raimundo Querino, A. C. Ciampa, e Michel Debrun.

Uma das justificativas presentes para a consolidação da ementa afirma que a história do Brasil é contada por clássicos de um modo que desconsidera, em sua maioria, a contribuição da população negra para a construção social do país, tornando o debate, por diversas vezes, limitado a reconhecer apenas as consequências econômicas. Considerando essa realidade, mais uma vez voltamos a refletir sobre as formas como se

constroem os modelos de ensino da *Sociologia Brasileira* nas universidades públicas, bem como refletir se os equívocos cometidos nas construções das matrizes curriculares vêm sendo repensados e reformulados, abrangendo as possibilidades de compreensão das análises sociológicas, dos debates em sala de aula e da formação de profissionais da educação.

Em se tratando das questões centrais deste trabalho, ao observarmos as obras citadas nas ementas das disciplinas obrigatórias de *Sociologia Brasileira*, é nítido que a Sociologia, como ciência, vem partindo dessas reflexões e discussões, entendendo como o problema colonial está inteiramente ligado e inserido ainda hoje na construção do imaginário e das práticas sociais do país. Chama atenção, tanto no curso da UECE quanto no da UFC, como a discussão é realizada por estudiosas(os/xs) de diferentes períodos históricos, incluindo os estudos chamados contemporâneos, o que possibilita maior embasamento sobre essa construção social no país, já que são autoras(es/xs) que também tratam de seus próprios períodos. Porém, são também autoras(es/xs) que, de certa forma, em sua maioria, incluem-se nos moldes de pessoas historicamente legitimadas pela Academia para tratar do conhecimento, sendo, portanto, em geral homens brancos. Fato que, de modo inevitável, permite-nos questionar os motivos pelos quais há ausência de estudiosas(os/xs) negras(os/xs) nessas discussões, permitindo lembrar da vasta contribuição teórica realizada no Brasil por essas(es/xs) estudiosas (os/xs) negras (os/xs), tornando-se possível e adequado sua inclusão nas discussões apresentadas pela disciplina de *Sociologia Brasileira*.

A vasta contribuição teórico-metodológica dessas(es/xs) estudiosas(os/xs) pode ser fundamental para analisar a construção da sociedade brasileira, bem como são contribuições que nos possibilitam pensar a construção da Sociologia Brasileira. Ou seja, são reflexões que movimentam a ciência no país. Essa afirmação já pode ser facilmente constatada ao lembrarmos alguns desses nomes e suas contribuições com, por exemplo, Abdias Nascimento (1914-2011), idealizador principal do TEN, em 1944, que já questionava o lugar do negro no campo da arte. Autor de *O genocídio do negro brasileiro*, obra publicada inicialmente em 1978, contempla-nos principalmente ao propor desmistificar a ideia de “democracia racial” que foi instaurada cultural, política e epistemologicamente no imaginário social no país. Esse escrito possibilita a compreensão de como o racismo estrutural é legitimado no Brasil, com o poder das instituições. O que nos leva a observar que cada

mazela vivenciada pela população negra é fruto dessa estrutura, em todas as dimensões sociais. Já Beatriz Nascimento (1942-1995), autora, responsável por organizar cientificamente o conceito de “quilombo” em suas produções, distanciando-se dos conceitos historicamente limitados, reproduzidos pelos saberes hegemônicos, como o de entender os quilombos somente pela perspectiva do Quilombo de Palmares ou como um lugar de fuga. Nascimento (2006[1978]) compreende “quilombo” como instituição africana, com uma história que se inicia antes mesmo do período escravista no Brasil. Os quilombos são meios de resistência ao escravismo e, também, organizações baseadas no que a estudiosa denomina de “pré-diáspora” (2006[1978]). Um dos objetivos centrais contido em sua pesquisa era o de caracterizar essa instituição com princípios ideológicos como forma de resistência cultural. Além disso, a estudiosa é referência ao pensarmos a constituição das periferias brasileiras por meio dos quilombos, entendendo a presença desses espaços também nos meios urbanos contemporâneos.

É possível destacar também o sociólogo Guerreiro Ramos (1915-1982), que propõe novas formas metodológicas de praticar e desenvolver a Sociologia no Brasil. Responsável por organizar o que ele mesmo denominou de *Redução Sociológica* (1996), que tem como ideia central a possibilidade de compreender sociologicamente o Brasil por meio de sua própria realidade social, cultural e política. Podemos citar, ainda, a socióloga e psicanalista Virginia Bicudo (1910-2003), pioneira nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, que possui trabalho intitulado *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (1945), em que se propôs a compreender a construção da reprodução do racismo nessas(os/xs) interlocutoras(es/xs) citadas(os/xs) no título, na cidade de São Paulo. Pesquisa esta que transforma a história das Ciências Sociais no país e contribui para a compreensão de como se dão as relações raciais no Brasil. Ou seja, além de tratar-se de um estudo pioneiro para a consolidação das Ciências Sociais no país, seu trabalho também constata a inserção do racismo no dia a dia das pessoas negras da região analisada, interferindo diretamente em todas as suas relações sociais, até mesmo consigo mesmo, na construção das identidades raciais.

Citamos algumas dessas contribuições com a intenção de demonstrar que, ainda que estejam aparentemente definidos os estudos que direcionarão as discussões nas Ciências Sociais, acrescentar indagações sobre como está centralizado o domínio do conhecimento nesse meio acadêmico é possível, adequado e urgente. Não pela desqualificação das

análises já realizadas e consolidadas, mas pela compreensão de que há, de fato, apagamento constante de determinados grupos sociais como produtores de conhecimento, e esses grupos produzem há décadas, e até séculos. Inclusive, são discussões que nitidamente dialogam com o conteúdo apresentado pelas disciplinas de *Sociologia Brasileira*, em ambas as universidades. As Ciências Sociais podem ser consideradas, por muitos, como interdisciplinar, por possibilitar o diálogo e a abertura com diversas áreas do conhecimento e, de fato, os estudos sociais são amplos. Torna-se problemático constatar em pesquisas como esta que, entretanto, há engessamento na construção desses saberes e que não houve, ao menos no que foi delimitado aqui, relativamente às disciplinas obrigatórias, abertura para novas formas de compreender a sociedade produzidas por negrodscendentes. Muito embora constate-se uma mudança em curso, posto que as disciplinas eletivas apresentadas seguem esse propósito de inserção de distintos saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi constatado nesta pesquisa inicial, observou-se, diante das ementas institucionais, que as disciplinas obrigatórias de *Sociologia Brasileira* buscam compreender, de alguma maneira, a história da população negra no Brasil por meio dos estudos de algumas(ns/xs) estudosas(os/xs) da área que, em geral, são consideradas(os/xs) clássicos para as Ciências Sociais. O que se pode destacar com esse primeiro resultado é que as(os/xs) estudosas(os/xs) afro-brasileiras(os/xs) não se incluem nessa contribuição teórica em nenhum dos dois cursos, mesmo havendo contribuições possíveis de serem incluídas.

Ao mesmo tempo, constata-se a aproximação dos cursos de Ciências Sociais com as epistemologias Africanas e da diáspora negra, assim como o interesse pela história da população negra no Brasil, mas através de disciplinas optativas, nas quais se faz, de fato, presente a produção de autoras(es/xs) negrodscendentes. Ainda assim, é preciso evidenciar que tais epistemologias se encontram localizadas em disciplinas optativas e não em disciplinas obrigatórias, podendo-se compreender que tais disciplinas optativas partem do interesse de determinadas(os/xs) docentes, não configurando uma mudança na estrutura curricular coletiva, gerando alguns questionamentos como, por exemplo, qual o alcance real dessas discussões para o corpo discente como um todo? Ademais, cabe dizer que se evidenciou, ainda, por meio da análise das ementas, que as discussões referentes

ao colonialismo são pontos centrais que aparentemente vêm se destacando nas áreas das Ciências Sociais de Fortaleza-Ceará, assim como os debates relacionados à descolonização.

Com isso, é interessante pensar, dentro dos espaços acadêmicos, como estamos construindo não somente a matriz curricular de determinado curso de nível superior, mas também qual a formação que estamos construindo para cada estudante que se gradua nas mais diversas instituições. A defesa é desvendar tais possibilidades de conhecimentos científicos produzidos por um grupo social historicamente deslegitimado e silenciado. Por isso, a intenção é trazer as contribuições de maneira ampla, abrindo as brechas para a crítica e a reflexão do que já está posto como legítimo. As perspectivas da afrocentricidade representam um nível de conscientização política também por parte das próprias pessoas negras, especificamente quando passam a enxergar para além do que está posto pelo conhecimento que se autodenominou como único saber legítimo (o conhecimento eurocêntrico). É a saída das margens para reencontrar ou reafirmar a cultura, a economia, a educação, a ciência e a filosofia que historicamente se encontram isoladas. Ou seja, “o propósito foi, desde sempre, criar espaços para seres humanos conscientes que, estando centrados, se comprometem com o equilíbrio mental” (ASANTE, 1998, p. 94).

O objetivo, nesta pesquisa, não se localiza diretamente, ou somente, em como, ou quem, constrói as ementas das disciplinas de Sociologia e, sim, em como problemas estruturais ainda influenciam na construção do conhecimento dos cursos de Ciências Sociais de Fortaleza. O que se coloca em questão, de fato, e tem sido um resultado preliminar dessa pesquisa em curso, é como o conhecimento produzido por negrodscendentes ainda não possui um espaço efetivo nas disciplinas obrigatórias, aquelas de caráter comum, que todas(as/xs) devem cursar para terem um mínimo de formação na área de interesse. Fato que, cremos, impede que haja reconhecimento dos conhecimentos trilhados por parte da população negra que esteve, e continua presente, na Academia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade: Uma abordagem epistemológica inovadora**. Coleção Sankofa, vol. 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BICUDO, Virgínia L. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por maio, Marcos C. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

CAETANO, Bruna. **Uma história oral do movimento negro unificado por três de seus militantes**. Brasil de Fato (SP). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/uma-historia-oral-do-movimento-negro-unificado-por-tres-de-seus-fundadores/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. São Paulo. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2005.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra**: esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Lisboa: Pedagogo, 2014.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Terceiro Mundo, 1980.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Editora Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Brasil**: em compasso de espera. São Paulo: HUCITEC, 1980.

FERREIRA DA SILVA, Denise. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 134-158, set-dez 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MAMA, Amina. Será ético estudar África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 603-637.

MAZRUI, Ali A; WONDJI, Cristophe. (Orgs.). **África desde 1935 (Volume VIII)**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Lisboa: Pedago, 2014.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de um Racismo Mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **Afrocentricidade**: Uma abordagem epistemológica inovadora. Sankofa: Matrizes Africanas da cultura brasileira: 4. São Paulo: Selo Negro, 2009.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. O conceito de Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTIS, Alex. **Eu Sou Atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial (SP) e Instituto Kuanza, 2006.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RAMOSE, Mogobe. **Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana**. Ensaios Filosóficos, v. IV, out. 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1995.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SOUSA MARTINS, José de. **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

TEATRO Experimental do Negro (TEN). In: **Fundação Cultural Palmares**, 14 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=40416>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

*Artigo recebido em 22 de julho de 2020,
aprovado em 15 de outubro de 2020.